

Investimento no esporte é destaque em Sergipe

Entre as ações realizadas, destaca-se a Bolsa Atleta Estadual

O Governo de Sergipe, por meio da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (Seel), tem investido no esporte como uma das principais ferramentas para promover inclusão social, desenvolvimento humano e fortalecimento de talentos locais. Em 2024, diversas iniciativas destacam-se no cenário esportivo do estado.

Um dos maiores avanços foi a aprovação da Bolsa Atleta Estadual, anunciada em setembro e com execução prevista para 2025. O programa tem como objetivo oferecer suporte financeiro para atletas sergipianos, permitindo que se dediquem integralmente aos treinos e competições.

Flávio Oliveira, diretor do programa, destaca que essa iniciativa garante o apoio necessário para o sucesso dos atletas, promovendo não apenas vitórias esportivas, mas também transformações na vida dos esportistas.

Além da Bolsa Atleta, o programa 'Sergipe no Pódio' tem sido essencial para o fomento ao alto rendimento no estado. Com ele, atletas têm conseguido participar das principais competições nacio-



Curso de capacitação da Federação de Atletismo que acontece na região

nais e internacionais. "O 'Sergipe no Pódio' demonstra que estamos no caminho certo", comenta Luciano Vieira, presidente da Federação de Wrestling de Sergipe.

Outra ação importante é o Programa Seleções, que oferece apoio financeiro às federações esportivas, permitindo o desenvolvimento de projetos que atendem diretamente a jovens talentos. Um exemplo é a escolinha de atletismo, que já

beneficia mais de 200 crianças e adolescentes. A presidente da Federação de Atletismo de Sergipe, Ethel Menezes, destaca a importância de ações como essa para a formação de novos atletas. "Graças ao 'Seleções', conseguimos oferecer capacitação e criar novas oportunidades para jovens talentos", afirma.

O Governo de Sergipe também tem se destacado pela realização de eventos esportivos de grande porte, o que coloca

o estado no cenário nacional e internacional. Esses eventos não apenas atraem turistas, mas também servem de inspiração para os atletas locais. Sôfria Xavier, atleta de ginástica rítmica, destaca a importância desses eventos em sua formação. Recentemente convocada para a Seleção Brasileira, ela participou do Campeonato Sul-Americano de Ginástica Rítmica no Ginásio Constandcio Vieira, em Aracaju.

PC-PB contra o roubo de celulares

O governador João Azevêdo lançou, nesta terça-feira (17), em João Pessoa, na Paraíba, a Operação Polícia Civil Recupera, que consiste em um amplo trabalho de investigação para identificar autores de roubos de telefones celulares e compradores dos aparelhos roubados. Na ocasião, mais de 300 telefones que já foram recuperados foram entregues aos

seus proprietários.

Na oportunidade, o chefe do Executivo estadual ressaltou mais uma iniciativa da Segurança Pública para combater o crime. "A partir do momento que a pessoa faz o boletim de ocorrência e informa o IMEI é feito um rastreamento e quando o celular é ativado, a pessoa que está com ele é informada que o aparelho foi roubado e deve

ser encaminhado à polícia para devolução, caso isso não ocorra, os dados serão registrados como receptor, resultado do serviço de inteligência da Polícia Civil", explicou.

O secretário da Segurança e da Defesa Social, Jean Nunes, enfatizou que a Operação Recupera é resultado da transformação digital implantada nos últimos anos. "Esse é o papel

da Polícia Civil de aprofundar investigações, identificar autores de furtos e roubos e de todo crime praticado. O aparelho celular tem um alto valor, é uma ferramenta de trabalho, e a corporação busca recuperar esses bens, devolver aos seus proprietários através de uma dinâmica própria, com inteligência, valorização e capacitação do efetivo", disse.

CORREIO OPINIÃO



O que está em jogo é a gestão do orçamento

O dilema orçamentário: mais um retrato do Brasil

Por Luciano Martins*

O orçamento público brasileiro, que consome 33% do Produto Interno Bruto (PIB) — algo em torno de R\$ 3 trilhões anuais —, reflete, em suas entrelinhas, as escolhas e prioridades de cada governo. Mais do que cifras, o direcionamento desses recursos expõe as políticas de Estado, destacando áreas que recebem maior investimento e, ao mesmo tempo, denunciando setores que operam com recursos limitados diante de demandas crescentes. Neste cenário, o Judiciário e a Segurança Pública emergem como eixos complementares e interdependentes do sistema de justiça penal, mas que enfrentam realidades distintas no que tange à alocação orçamentária.

O Judiciário, alicerçado do Estado Democrático de Direito, é responsável pela resolução de conflitos, aplicação da justiça e pelo cumprimento das penas. Recebendo 1,5% do PIB (R\$ 150 bilhões), grande parte de seu orçamento é destinada ao custeio de pessoal ativo e inativo, o que evidencia uma estrutura robusta, mas também suscita questionamentos sobre a eficiência de sua gestão. Apesar de sua importância inquestionável, a morosidade processual, o excesso de demandas e a falta de modernização ainda desafiam a efetividade da justiça e, por vezes, comprometem a confiança da sociedade no sistema.

Por sua vez, a Segurança Pública, que opera na preservação da ordem, seja de forma preventiva ou repressiva, dispõe de 1,3% do PIB (R\$ 130 bilhões). Embora responsável por atuar na linha de frente do combate à criminalidade, suas limitações orçamentárias são evidentes: falta estrutura, capacitação, tecnologia e investimento em políticas que tratam as causas e não apenas os sintomas da violência. Quando falha a Segurança Pública, o Judiciário é sobrecarregado. Quando falha o Judiciário, a impunidade enfraquece o papel da Segurança. Esse abismo entre as pontas escancara uma verdade: o sistema é tão forte quanto seu elo mais frágil.

O que está em jogo, portanto, não é apenas a diferença de recursos, mas a gestão e distribuição desses investimentos. Cada governo, ao definir suas prioridades, escolhe a quem e como servir. Políticas públicas robustas de Segurança deveriam priorizar o investimento em prevenção, ampliando o acesso à educação, oportunidades de emprego e à urbanização de territórios vulneráveis. No Judiciário, a modernização de processos, o incentivo à conciliação e a

digitalização podem reduzir custos e, sobretudo, devolver agilidade ao sistema. Em ambos os casos, a pergunta central permanece: os investimentos atuais refletem as necessidades reais da sociedade?

A distorção orçamentária, ao privilegiar o custeio em detrimento de investimentos estruturantes, reforça um ciclo de ineficiência. Enquanto as forças de segurança se veem limitadas pela falta de recursos, o Judiciário absorve processos de uma sociedade onde o crime, em grande parte, é reflexo da ausência de políticas preventivas eficazes. O resultado? Um sistema que lida constantemente com as consequências, mas que raramente trata suas causas.

Nesse contexto, a eficiência da gestão orçamentária torna-se um desafio incontestável. É preciso ir além da mera comparação numérica e questionar como esses recursos podem ser melhor distribuídos e aplicados, de modo que as instituições se fortaleçam em suas funções complementares. A escolha entre manter estruturas ou transformá-las por meio de políticas estratégicas é, em última análise, uma escolha de governo e de visão de Estado.

Ao cidadão, cabe exigir não apenas transparência, mas resultados. As instituições públicas, sejam responsáveis por proteger ou julgar, devem estar alinhadas no compromisso de construir uma sociedade mais justa e segura. O orçamento, mais do que um retrato das despesas, é a medida de nossas prioridades enquanto nação.

Sem um compromisso claro com políticas que ataquem as raízes dos problemas, e não apenas suas manifestações, continuaremos reféns de um sistema que privilegia a manutenção da burocracia em vez da transformação estrutural. É imperativo que as escolhas orçamentárias reflitam um pacto nacional por segurança, eficiência e justiça, onde cada real investido represente um avanço concreto para a sociedade. O Brasil precisa superar o dilema do improvisado e adotar uma visão de longo prazo, em que governar não seja apenas administrar crises, mas, sobretudo, construir soluções duradouras.

*Advogado, professor e vice-presidente da União Brasileira de Apoio aos Municípios (UBAM) no Estado de Mato Grosso do Sul. Atuou como secretário-adjunto de Governo, controlador-adjunto e diretor-presidente da Fundação Social do Trabalho no Município de Campo Grande (Funsat).

Vila Galé
HOTELS

PARA OS SEUS SONHOS, OS MELHORES destinos
PARA VOCÊ, A MAIOR REDE DE RESORTS DO BRASIL.

Nos resorts all inclusive da Vila Galé a alegria dura o ano inteiro.
Viva momentos inesquecíveis com muito conforto e diversão.

RESERVE AQUI

WWW.VILAGALE.COM • BRASIL.RESERVAS@VILAGALE.COM • +55 (71) 4040-4999